

lógico, principalmente em nossa sociedade. O sentido é sem-lógico, pre um fato de cultura, um produto da cultura; ora, em nossa sociedade, esse fato de cultura é continuamente naturalizado, transformado em natureza pela palavra, que nos faz acreditar numa situação puramente transitiva do objeto. Acreditamos estar num mundo prático de usos, de funções, de domesticação total do objeto, e na realidade estamos também, pelos objetos, num mundo do sentido, das razões, dos alibis: a função faz nascer o signo, mas esse signo é transformado no espetáculo de uma função. Acredito que é justamente essa transformação da cultura em pseudo-natureza que pode definir a ideologia da nossa sociedade.

Conferência pronunciada em setembro de 1964 na fundação Cini, em Veneza, no âmbito de um colóquio sobre "A arte e a cultura na civilização contemporânea".

Publicada no volume

*Arte e cultura*

*nella civiltà contemporanea*, organizado por Piero Nardi. © Sansoni, Florença, 1966.

## SEMIOLÓGIA E URBANISMO

O assunto desta palestra refere-se a certo número de problemas de semiologia urbana.

Mas devo acrescentar que quem quisesse esboçar uma semiologia da cidade deveria ser ao mesmo tempo semiólogo (especialista dos signos), geógrafo, historiador, urbanista, arquiteto e provavelmente psicanalista. Já que é evidente não ser esse o meu caso — na verdade não sou nenhuma dessas coisas, a não ser semiólogo, e mesmo isso mal chego a ser —, as reflexões que vou apresentar-lhes são reflexões de amador, no sentido etimológico da palavra: amador de signos, aquele que ama os signos, amador de cidades, aquele que ama a cidade. Pois eu amo a cidade e os signos. E esse duplo amor (que provavelmente só faz um) me leva a acreditar, talvez com alguma presunção, na possibilidade de uma semiótica da cidade. Em que condições, ou melhor, com que precauções e com que preliminares uma semiologia urbana será possível?

É esse o tema das reflexões que vou apresentar. Gostaria antes de mais nada de lembrar uma coisa muito conhecida que servirá de ponto de partida: o espaço humano em



geral (e não somente o espaço urbano) sempre foi signifi-  
cante. A geografia científica e sobretudo a cartografia moder-  
na podem ser consideradas como uma espécie de obliteração,  
de censura que a objetividade impôs à significação (objeti-  
vidade que é uma forma como outra qualquer do imaginá-  
rio). E, antes de falar da cidade, gostaria de lembrar alguns  
fatos da história cultural do Ocidente, mais precisamente da  
antiguidade grega: o hábitat humano, o "oekumene", tal como  
podemos entrever através dos primeiros mapas dos geógra-  
fos gregos: Anaximandro, Hecateu, ou através da cartografia  
mental de um homem como Heródoto, constitui um verda-  
deiro discurso, com as suas simetrias, oposições de lugares,  
com suas sintaxes, seus paradigmas. Um mapa do mundo de  
Heródoto, realizado graficamente, é construído como uma  
linguagem, como uma frase, como um poema, sobre as opo-  
sições: países quentes e países frios, países conhecidos e des-  
conhecidos; em seguida, sobre a oposição entre os homens  
de um lado, e os monstros e quimeras do outro, etc.

Se, do espaço geográfico, passarmos agora ao espaço  
urbano propriamente dito, lembrarei que a noção de *Isonomia*,  
forjada para a Atenas do século VI por um homem como  
Clistenes, é um conceito verdadeiramente estrutural pelo qual  
apenas o centro é privilegiado, pois que todos os cidadãos  
têm com ele relações que são ao mesmo tempo simétricas e  
reversíveis<sup>24</sup>. Nessa época, tinha-se da cidade uma concep-  
ção exclusivamente significativa, pois o conceito utilitário  
de uma distribuição urbana baseada nas funções e nos em-  
pregos, que prevalece incontestavelmente em nossos dias,  
aparecerá mais tardiamente. Para mim era uma questão impor-  
tante lembrar esse relativismo histórico no conceito dos es-  
paços significantes.

24. Sobre Clistenes e a Isonomia, cf. P. Leveque e P. Vidal-Naquet,  
*Clisthène l'Athénien* Paris, Maucula, 1983].

Finalmente, foi num passado recente que um estrutura-  
lista como Lévi-Strauss fez, em *Tristes tropiques* [*Tristes tró-  
picos*], semiologia urbana, ainda que em escala reduzida, a  
propósito de uma aldeia Bororo cujo espaço ele estudou se-  
gundo uma abordagem essencialmente semântica.

É estranho que, paralelamente a essas concepções for-  
tamente significantes do espaço habitado, as elaborações teó-  
ricas dos urbanistas não tenham concedido até hoje, se não  
estou enganado, senão um lugar bastante reduzido aos proble-  
mas da significação<sup>25</sup>. Certo que existem exceções, vários  
escritores falaram da cidade em termos de significação. Um  
dos autores que melhor exprimiu essa natureza essencial-  
mente significativa do espaço urbano foi, para mim, Victor  
Hugo. Em *Notre Dame de Paris*, Hugo escreveu um belíssimo  
capítulo, de uma inteligência finíssima, "Este matará aque-  
le"; este, quer dizer o livro; aquele, quer dizer o monumento.  
Exprimindo-se assim, Victor Hugo prova ter uma maneira bas-  
tante moderna de conceber o monumento e a cidade, verda-  
deramente como uma escrita, como uma inscrição do homem  
no espaço. Esse capítulo de Victor Hugo é dedicado à riva-  
lidade entre dois modos de escrita, a escrita pela pedra e a  
escrita em papel. Além disso, esse tema pode encontrar a  
sua atualidade nas proposições sobre a escrita de um filóso-  
fo como Jacques Derrida. Entre os urbanistas propriamente  
ditos, quase não se fala de significação: um único nome  
emerge, a justo título, o do americano Kevin Lynch, que pare-  
ce estar mais próximo desses problemas de semântica urba-  
na na medida em que se preocupou com pensar a cidade nos  
termos mesmos da consciência que a capta, isto é, com en-  
contrar a imagem da cidade nos leitores dessa cidade. Mas,  
na realidade, as pesquisas de Lynch, do ponto de vista semân-

25. Cf. F. Choay, *L'urbanisme: utopie et réalité*, Paris, Éd. du Seuil, 1965.

tico, permanecem bastante ambíguas; por um lado, há na sua obra todo um vocabulário da significação (por exemplo, des-  
tina um grande espaço à legibilidade da cidade e essa é uma  
noção importantíssima para nós) e, como bom semânticista,  
ele tem o senso das *unidades discretas*: tentou encontrar no  
espaço urbano as unidades descontínuas que, guardadas as  
devidas proporções, se pareceriam um pouco com fonemas  
e com semantemas. Essas unidades, ele as chama de cami-  
nhos, cercados, bairros, entrelaçamentos, pontos de referên-  
cia. São categorias de unidades que poderiam facilmente se  
tornar categorias semânticas. Mas, por outro lado, a despei-  
to desse vocabulário, Lynch tem da cidade uma concepção  
que permanece mais gestalista do que estrutural.

Afora esses autores que se aproximam explicitamente de  
uma semântica da cidade, assiste-se a uma tomada de cons-  
ciência crescente das funções dos símbolos no espaço urba-  
no. Em vários estudos de urbanismo que se baseiam em estí-  
mulas quantitativas e em questionários de motivação, vê-se  
despontar apesar de tudo, ainda que seja apenas para memó-  
ria, o motivo puramente qualitativo da simbolização que é  
muito usado hoje até para explicar outros fatos. Encontra-  
mos, por exemplo, no urbanismo, uma técnica relativamente  
comum: a simulação; ora, a técnica da simulação conduz, ain-  
da que seja utilizada com uma mentalidade um pouco estrita  
e empírica, a um aprofundamento do conceito de modelo, que  
é um conceito estrutural ou pelo menos pré-estrutural.

Noutro estágio desses estudos de urbanismo, manifes-  
ta-se a exigência da significação. Descobre-se pouco a pou-  
co que existe uma espécie de contradição entre a significa-  
ção e uma outra ordem de fenômenos e que, por consequen-  
te, a significação possui uma especificidade irreduzível. Por  
exemplo, certos urbanistas, ou alguns desses pesquisadores  
que estudam o planejamento urbano, são obrigados a consi-  
derar que, em alguns casos, existe um conflito entre a funcio-

nalidade de uma parte da cidade, digamos de um bairro, e  
aquilo a que chamarei seu conteúdo semântico (sua potên-  
cia semântica). Foi assim que observaram com certa inge-  
nuidade (mas talvez seja necessário começar pela ingenui-  
dade) que Roma oferece um conflito permanente entre as  
necessidades funcionais da vida moderna e a carga semân-  
tica que lhe é comunicada por sua história. E esse conflito  
entre a significação e a função faz o desespero dos urbanis-  
tas. Existe, além disso, um conflito entre a significação e a  
razão, ou pelo menos entre a significação e essa razão cal-  
culadora que gostaria que todos os elementos de uma cidade  
fossem uniformemente abrangidos pelo planejamento, quan-  
do é uma evidência sempre maior ser uma cidade um tecido  
formado não de elementos iguais de que se possam inventa-  
riar as funções, mas de elementos fortes e de elementos neu-  
tros, ou então, como dizem os linguistas, de elementos marca-  
dos e de elementos não marcados (sabe-se que a oposição  
entre signo e ausência de signo, entre grau pleno e grau zero,  
constitui um dos grandes processos de elaboração da signifi-  
cação). Com toda evidência, cada cidade possui essa espécie  
de ritmo; Kevin Lynch já o notara: existe em toda cidade, a  
partir do momento em que ela é verdadeiramente habitada  
pelo homem, e feita por ele, esse ritmo fundamental da sig-  
nificação que é a oposição, a alternância e a justaposição de  
elementos marcados e de elementos não marcados. Final-  
mente, existe um último conflito entre a significação e a pró-  
pria realidade, pelo menos entre a significação e a pró-  
pria realidade da geografia objetiva, a dos mapas. Pesquisas con-  
duzidas por psicossociólogos demonstraram que, por exemplo,  
dois bairros se avizinham se damos crédito ao mapa, isto é,  
ao "real", à objetividade, ao passo que, a partir do momen-  
to em que recebem duas significações diferentes, eles se cin-  
dem radicalmente na imagem da cidade: a significação é vi-  
vida em oposição completa aos dados objetivos.

A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a. Entretanto, o problema é fazer surgir do estágio puramente metafórico uma expressão como "linguagem da cidade". É fácil, metaforicamente falar da linguagem da cidade como se fala da linguagem do cinema ou da linguagem das flores. O verdadeiro salto científico será realizado quando se puder falar da linguagem da cidade sem metáfora. E pode-se dizer que é exatamente o que aconteceu com Freud quando falou por primeiro da linguagem dos sonhos, esvaziando essa expressão do sentido metafórico para dar-lhe um sentido real. Também nós devemos enfrentar esse problema: como passar da metáfora à análise quando falamos da linguagem da cidade? Uma vez mais, é aos especialistas do fenômeno urbano que me refiro pois, ainda que estejam bastante afastados desses problemas de semântica urbana, já notaram entretanto (cito o relatório de uma pesquisa) que "os dados utilizados nas ciências sociais apresentam uma forma bem pouco adaptada para uma integração aos modelos". Pois bem, se é com dificuldade que podemos inserir num modelo os dados que nos são fornecidos, a respeito da cidade, pela psicologia, pela sociologia, pela geografia, pela demografia, é porque, precisamente, falta-nos uma última técnica, a dos símbolos. Por conseguinte, temos necessidade de uma nova energia científica para transformar esses dados, passar da metáfora à descrição da significação, e é nisso que a semiologia (no sentido mais amplo do termo) poderá talvez, por um desenvolvimento ainda imprevisível, trazer-nos ajuda. Não pretendo aqui evocar os procedimentos de descoberta da semiologia urbana. É provável que esses procedimentos possam consistir em dissociar o texto urbano em unidades, depois em distribuir essas unidades em classes formais e, em ter-

ceiro lugar, em encontrar as regras de combinação e de transformação dessas unidades e desses modelos. Limitar-me-ei a três observações que não possuem uma relação direta com a cidade, mas que poderão orientar de modo útil para uma semiologia urbana, na medida em que estabelecem um rápido balanço da semiologia atual e levam em conta o fato de que, há alguns anos, a "paisagem" semiológica já não é a mesma.

A primeira observação é que o "simbolismo" (que deve ser entendido como o discurso geral concernente à significação) já não é concebido atualmente, pelo menos em regra geral, como uma correspondência regular entre significantes e significados. Noutros termos, uma noção da semântica que era fundamental há alguns anos se tornou caduca: é a noção de léxico, isto é, de um conjunto de listas de significados e de significantes correspondentes. Essa espécie de crise, de usura da noção de léxico, encontra-se em numerosos setores da pesquisa. De início, há a semântica distribuíva dos discípulos de Chomsky, como Katz e Fodor, que desferiram um ataque violento contra o léxico. Se sairmos do domínio da linguística para entrar no da crítica literária, veremos que a crítica temática, que prevaleceu durante quinze a vinte anos, pelo menos na França, e que formou o essencial dos estudos daquilo a que chamamos nova crítica, encontra-se, atualmente, limitada, remodelada, em detrimento dos significados que ela se propunha decifrar. No campo da psicanálise, finalmente, não se pode mais falar de um simbolismo termo a termo; essa é evidentemente a parte morta da obra de Freud: um léxico psicanalítico já não é concebível. Isso tudo lançou descrédito sobre a palavra "símbolo", pois esse termo sempre deixou supor até hoje que a relação signifiicante se apoiava no significado, na presença do significado. Pessoalmente, utilizo o termo "símbolo" como relacionando-se a uma organização signifiicante sintagmática e/ou paradigmá-

tica, mas já não semântica: há que se fazer uma distinção muito nítida entre o alcance semântico do símbolo e a natureza sintagmática ou paradigmática desse mesmo símbolo.

Da mesma forma, seria um empreendimento absurdo querer elaborar um léxico das significações da cidade colocando de um lado os lugares, os bairros, as funções, e do outro as significações, ou melhor, colocando de um lado os lugares enunciados como significantes e do outro as funções enunciadas como significados. A lista das funções que podem assumir os bairros de uma cidade é conhecida há muito. Encontram-se, *grosso modo*, umas trinta funções para um bairro de uma cidade (pelo menos para um bairro central da cidade: zona que foi bastante bem estudada do ponto de vista sociológico). Essa lista, por certo, pode ser completada, enriquecida, afinada, mas continuará sendo apenas um nível extremamente elementar para a análise semiológica, um nível que provavelmente deverá ser revisito em seguida: não somente por causa do peso e da pressão exercidos pela história, mas porque, precisamente, os significados são como seres míticos, de uma extrema imprecisão e, em dado momento, tornam-se sempre os significantes de *outra coisa*: os significados passam, os significantes ficam. A caça ao significado só pode constituir então um procedimento provisório. O papel do significado, quando se consegue delimitá-lo, é apenas trazer-nos uma espécie de testemunho sobre um estado definido da distribuição signficante. Além disso, é preciso notar que se atribui uma importância cada vez maior ao significado vazio, ao lugar vazio do significado. Noutros termos, os elementos são compreendidos como significantes mais por sua própria posição correlativa do que por seu conteúdo. Assim, Tóquio, que é um dos complexos urbanos mais emaranhados que se possa imaginar do ponto de vista semântico, possui entretanto uma espécie de centro. Mas

esse centro, ocupado pelo palácio imperial que é cercado por um fosso profundo e fica escondido pela vegetação, é vivido como um centro vazio. Em regra mais geral, os estudos realizados sobre o núcleo urbano de diferentes cidades mostraram que o ponto central do centro da cidade (toda cidade possui um centro), que chamamos de “núcleo sólido”, não constitui o ponto culminante de nenhuma atividade particular, mas uma espécie de “foco” vazio da imagem que a comunidade tem do centro. Temos também nesse caso um lugar de algum modo vazio, que é necessário à organização do resto da cidade.

A segunda observação é que o simbolismo deve ser definido essencialmente como o mundo dos significantes, das correlações e principalmente das correlações que nunca se pode fechar numa significação plena, numa significação última. Doravante, do ponto de vista da técnica descritiva, a distribuição dos elementos, isto é, dos significantes, esgota de certo modo a descoberta semântica. Isso é verdade para a semântica chomskiana de Katz e de Fodor, e até mesmo para as análises de Lévi-Strauss que se fundamentam na clarificação de uma relação que já não é analógica, mas homológica (é uma demonstração feita em seu livro sobre o totemismo, que é raramente citado). Assim, descobre-se que, quando se quiser fazer a semiologia da cidade, será preciso provavelmente levar mais adiante, e com maior minúcia, a divisão signficante. Para isso, faço apelo a minha experiência de amador. Sabemos que, em certas cidades, existem espaços que oferecem uma especialização acurada de funções: é o caso, por exemplo, do suk oriental onde uma rua fica reservada somente para os curtidores de couro e outra para os ourives; em Tóquio, certas partes de um mesmo bairro são muito homogêneas sob o ponto de vista funcional: praticamente, encontram-se ali unicamente bares e lancho-netes, ou lugares de diversão. Pois bem, será preciso ir além

desse primeiro aspecto e não limitar a descrição semântica da cidade a essa unidade; será necessário tentar dissociar microestruturas da mesma maneira que se pode isolar pequenos fragmentos de frase num longo período; é pois necessário adquirir o hábito de fazer uma análise bem minuciosa, que conduzirá a essas microestruturas e, inversamente, será preciso habituar-se a uma análise mais ampla, que chegará realmente às macroestruturas. Todos sabemos que Tóquio é uma cidade polinucleada; possui vários núcleos em torno de cinco a seis centros; há que se aprender a diferenciar semanticamente esses centros, que por sinal estão marcados por estações ferroviárias. Noutros termos, mesmo nesse setor, o melhor modelo para o estudo semântico da cidade será fornecido, acredito eu, pelo menos no início, pela frase do discurso. E reencontraremos aqui a velha intuição de Víctor Hugo: a cidade é uma escrita; quem se desloca na cidade, isto é, o usuário da cidade (o que todos nós somos), é uma espécie de leitor que, segundo as suas obrigações e os seus deslocamentos, recolhe fragmentos do enunciado para atulhá-los em segredo. Quando nos deslocamos numa cidade, estamos todos na situação do leitor dos *100.000 millions de poèmes* de Queneau, em que se pode achar um poema diferente mudando um único verso; à nossa revelia, somos um pouco esse leitor de vanguarda quando estamos numa cidade.

Finalmente, a terceira observação é que atualmente a semiologia já não coloca a existência de um significado definitivo. Isso quer dizer que os significados são sempre significantes para os outros, e reciprocamente. Na realidade, em qualquer complexo cultural ou mesmo psicológico, encontramos-nos diante de cadeias infinitas de metáforas cujo significado está sempre em recuo ou se torna ele próprio significativo. Essa estrutura começa a ser explorada, como sabem, na psicanálise, por J. Lacan, e também no estudo da escrita onde é postulada, senão verdadeiramente explorada.

Se aplicarmos essas idéias à cidade, seremos certamente conduzidos a lançar luz sobre uma dimensão que, devo dizer, nunca vi, pelo menos claramente, citada nos estudos e nas pesquisas de urbanismo. Essa dimensão, eu a chamarei de dimensão *erótica*. O erotismo da cidade é o ensinamento que podemos retirar da natureza infinitamente metafórica do discurso urbano. Utilizo essa palavra erotismo na sua acepção mais ampla: seria derrisório assimilar o erotismo de uma cidade apenas ao bairro reservado a esse tipo de prazer, pois o conceito de lugar de prazer é uma das mistificações mais tenazes da funcionalidade urbana; é uma noção funcional e não uma noção semântica; emprego indiferentemente erotismo ou *socialidade*. A cidade, essencial e semanticamente, é o lugar de encontro com o outro, e é por essa razão que o centro é o ponto de reunião de toda a cidade; o centro da cidade é instituído antes de tudo pelos jovens, pelos adolescentes. Quando estes exprimem a sua imagem da cidade, sempre têm tendência a restringir, a concentrar, a condensar o centro; o centro é vivido como o lugar de troca das atividades sociais e eu diria quase das atividades eróticas no sentido amplo do termo. Melhor ainda, o centro da cidade é sempre vivido como o espaço onde agem e se encontram forças subversivas, forças de ruptura, forças lúdicas. O jogo é um tema que muitas vezes é destacado nas pesquisas sobre o centro; existem na França uma série de pesquisas atinentes à atração de Paris sobre a periferia e, através dessas pesquisas, observou-se que Paris, enquanto centro, para a periferia, era sempre vivida semanticamente como o lugar privilegiado onde está o outro e onde nós mesmos somos o outro, como o lugar onde se brinca. Ao contrário, tudo que não é o centro é exatamente o que não é espaço lúdico, tudo que não é a alteridade: a família, a residência, a identidade. Naturalmente, é preciso, principalmente para a cidade, procurar a cadeia metafórica, a cadeia que substitui Eros. É pre-

ciso procurar mais particularmente do lado das grandes categorias, dos outros grandes hábitos do homem, por exemplo, a alimentação, as compras que são verdadeiramente atividades eróticas na sociedade de consumo. Refiro-me, uma vez mais, ao exemplo de Tóquio: as grandes estações que são o ponto de referência dos bairros principais são também grandes lojas. E é certo que a estação japonesa, a estação-loja, tem fundamentalmente uma significação única e que essa significação é erótica: compra ou encontro. Seria necessário em seguida explorar as imagens profundas dos elementos urbanos. Por exemplo, numerosas pesquisas ressaltaram a função imaginária do *curso*\* que, em toda cidade, é vivido como um rio, um canal, uma água. Existe uma relação entre a estrada e a água, e sabemos muito bem que as cidades que oferecem maior resistência à significação, e que além do mais muitas vezes apresentam dificuldades de adaptação para os seus habitantes, são justamente as cidades privadas de água, as cidades sem beira-mar, sem espelho d'água, sem lago, sem rio, sem curso de água; todas essas cidades apresentam dificuldades de vida, de legibilidade.

Para terminar, gostaria apenas de dizer o seguinte: nas observações que acabo de expor, não abordei o problema da metodologia. Por que razão? Porque, se se deseja empreender uma semiologia da cidade, a melhor abordagem, a meu ver, como aliás para todo empreendimento semiótico, será uma certa ingenuidade do leitor. Deveremos ser numerosos a tentar decifrar a cidade onde nos encontramos, partindo, se for necessário, de uma relação pessoal. Dominando todas essas leituras de diversas categorias de leitores (pois temos

\* A palavra francesa "*cours*" possui, além das várias acepções da palavra portuguesa "curso" (como foi aqui traduzida), o sentido de "avenida", grande "artéria" urbana. (N. do T.)

uma gama completa de leitores, do sedentário ao estrangeiro), elaborar-se-ia assim a língua da cidade. Eis por que direi que o mais importante não é tanto multiplicar as pesquisas ou os estudos funcionais da cidade quanto multiplicar as leituras da cidade, da qual, infelizmente, até agora, só os escritores nos deram alguns exemplos.

Partindo dessas leituras, dessa reconstrução de uma língua ou de um código da cidade, poderemos orientar-nos em direção dos meios de natureza mais científica: busca das unidades, sintaxe, etc., mas lembrando-nos sempre de que nunca se deve procurar fixar e tornar rígidos os significados das unidades descobertas, pois, historicamente, esses significados são extremamente imprecisos, recusáveis e indomáveis.

Toda cidade é um pouco construída, feita por nós à imagem do navio *Argos*, do qual cada peça já não era uma peça original, mas que continuava sendo o navio *Argos*, isto é, um conjunto de significações facilmente legíveis e identificáveis. Neste esforço de abordagem semiótica da cidade, devemos tentar compreender o jogo dos signos, compreender que qualquer cidade é uma estrutura, mas que nunca se deve tentar, mas que nunca se deve querer preencher essa estrutura.

Pois a cidade é um poema, como muitas vezes se disse, e como Víctor Hugo exprimiu melhor do que ninguém, mas não é um poema clássico, um poema centrado no assunto. É um poema que expande o significante, e é essa expansão que finalmente a semiologia da cidade deveria tentar captar e fazer cantar.

1967, Conferência organizada pelo Instituto  
Francês do Instituto de História  
e de Arquitetura da Universidade  
de Nápoles e a revista *Op. cit.* Retornado  
em *L'architecture d'aujourd'hui*,  
n.º 53, dez. de 1970-jan. de 1971.